



TENSÕES METODOLÓGICAS NA ANÁLISE DE REGISTROS LEGISLATIVOS NO SENADO BRASILEIRO

METHODOLOGICAL TENSIONS IN THE ANALYSIS OF LEGISLATIVE RECORDS IN THE BRAZILIAN SENATE

FÁBIO LIBERAL FERREIRA DE SANTANA

Universidade de Brasília (UnB)¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8324-1181>

ROR: <https://ror.org/02xjp8v59>

RODRIGO RABELLO

Universidade de Brasília (UnB)²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>

ROR: <https://ror.org/02xjp8v59>

MODALIDADE: RESUMO EXPANDIDO

Resumo: O trabalho examina uma tensão metodológica na análise de registros legislativos no Senado brasileiro. Busca investigar como rastrear as mediações que constituem o registro legislativo em contextos institucionais marcados pela impessoalidade e pela não explicitação das operações que sustentam o registro. Adota abordagem qualitativa, com análise de recorte empírico sobre a implementação do sistema de informação legislativa em 1972. Os resultados indicam que as mediações estão incorporadas às rotinas administrativas. Conclui-se que a análise deve incidir sobre essas condições institucionais que definem o registro e a validação da informação.

1 Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Poder Legislativo pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor/CD). Técnico Legislativo do Senado Federal. E-mail: faliberal@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8324-1181>.

2 Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor Adjunto da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCinf) da UnB. Email: rdgrabello@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>.

Palavras-chave: materialidade documental; mediações sociotécnicas; informação legislativa.

Abstract: The study examines a methodological tension in the analysis of legislative records in the Brazilian Senate. It aims to investigate how to trace the mediations that constitute the legislative record in institutional contexts marked by impersonality and by the non-explicit nature of the operations underlying record production. A qualitative approach is adopted, with analysis of an empirical excerpt on the implementation of a legislative information system in 1972. The results indicate that mediations are embedded in administrative routines. It concludes that analysis should focus on these institutional conditions that define the recording and validation of information.

Keywords: documentary materiality; sociotechnical mediations; legislative information.



1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é examinar uma tensão metodológica³ na análise de documentos oficiais, a partir de um recorte empírico no Senado brasileiro. Essa tensão configura-se no choque entre a centralidade analítica da materialidade documental (Frohmann, 1995, 2012) articulada à necessidade de rastreamento de operações sociotécnicas (Latour, 2005, 2019) e a racionalidade da burocracia estatal, que atua normativamente para invisibilizar tais operações.

A análise toma como ponto de partida uma prática verificada no processo de implantação do banco de dados MATE componente do primeiro sistema informatizado do Senado, criado em 1972: o uso de um campo livre da base para registrar a paginação do Diário institucional, consolidando-o como referência operacional da informação legislativa no ambiente técnico nascente. Tal prática permite observar que a materialidade documental vai além do suporte físico e se constitui nas condições institucionais, técnicas e operacionais que viabilizam a produção e a circulação da informação (Frohmann, 2008; Santana; Rabello, 2026).

A partir desse caso, coloca-se o problema de como sustentar a exigência metodológica de rastrear as mediações, aqui compreendidas materialmente como as rotinas administrativas, operações concretas e dispositivos técnicos que fabricam o registro, em um contexto institucional no qual elas são sistematicamente circunscritas ao funcionamento interno da burocracia, como condição de estabilização da autoridade do registro oficial.

Essa questão insere-se em abordagens contemporâneas da Ciência da Informação que enfatizam a materialidade documental e o papel das mediações sociotécnicas (Frohmann, 2008; Latour, 2005). Entretanto, quando esse programa analítico é transposto para a burocracia estatal, ele se confronta com um regime institucional no qual a autoridade do documento oficial depende da produção sistemática de impessoalidade (Weber, 1999). As mediações que participam da constituição do registro permanecem circunscritas ao funcionamento interno da instituição, sustentando a confiabilidade associada ao registro oficial.

3 O termo “metodologia” não foi empregado para se referir a técnicas de pesquisa, ainda que estas também se vinculem a preocupações da teoria do conhecimento; tais técnicas serão mobilizadas em estudos empíricos posteriores, voltados ao desenvolvimento do problema metodológico identificado. Aqui, o termo designa estudos em diálogo com a sociologia do conhecimento (Demo, 1988). Com efeito, a própria noção de metodologia carrega uma preocupação para além de um conjunto de procedimentos protocolares ou manualizados. O termo se refere, também, a abordagens de pensamento, expressas em referenciais teóricos, aqui mobilizados em Frohmann (1995; 2008) e Latour (2005), ancoradas em uma tradição epistêmico-filosófica.

É nesse ponto que se configura a fricção metodológica que orienta este trabalho. Se, por um lado, a análise demanda o rastreamento das mediações que constituem o documento, por outro, o próprio regime institucional investigado regula as condições de visibilidade dessas mediações, definindo quais rastros podem ser inscritos, preservados ou legitimamente ignorados (Latour, 2005). A investigação dos registros legislativos passa, assim, a exigir o seguimento dos rastros disponíveis e a análise das condições institucionais que governam sua própria possibilidade de existência.



2 A FRICÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A análise proposta fundamenta-se na identificação de um tensionamento entre dois regimes distintos de produção e inteligibilidade do documento, que podem ser caracterizados como: (i) um regime de rastreamento das mediações sociotécnicas que constituem o documento; e (ii) um regime burocrático de estabilização institucional do documento. De um lado, abordagens contemporâneas da Ciência da Informação sustentam que a compreensão dos registros informacionais exige o rastreamento das mediações sociotécnicas envolvidas em sua constituição (Latour, 2005; Shankar; Hakken; Østerlund, 2017). Nessa perspectiva, a materialidade documental não se restringe ao suporte físico, mas repousa em sua dimensão operacional, infraestrutural e institucional, englobando práticas, arranjos organizacionais e tecnologias que conferem estabilidade ao registro (Frohmann, 2008; Santana; Rabello, 2026). Esse quadro teórico tem sido desenvolvido e sistematizado em trabalhos recentes que aprofundam suas implicações epistemológicas (Amorim; Rabello, 2023; Rabello, 2025).

De outro lado, a burocracia estatal organiza-se segundo um regime normativo no qual a autoridade do documento oficial depende da produção sistemática de impessoalidade. Nesse contexto, a confiabilidade do registro está associada à estabilização de formas institucionais que prescindem da explicitação das mediações que o constituem, circunscrevendo-as ao funcionamento interno da organização (Weber, 1999).

Nessa perspectiva, a invisibilidade das mediações não se apresenta como ausência a ser superada, mas como efeito da estabilização de redes sociotécnicas que, ao se consolidarem, passam a operar como unidades aparentemente autônomas, ocultando as articulações que as constituem (Latour, 2005). Tal processo implica que a análise não se restrinja aos rastros disponíveis, mas examine as condições institucionais que delimitam quais informações ascendem ao registro oficial e quais permanecem normativamente apagadas pelo aparato estatal.



3 PRÁTICAS DE REGISTRO NA FASE INICIAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

O tensionamento metodológico delineado pode ser observado empiricamente no processo de implantação do sistema de informação legislativa do Senado brasileiro. A análise empírica incide sobre os rastros sistêmicos da base de dados MATE, implementada em 1972 (Baaklini, 1993; Brasil, 1972; 1973). O recorte deriva de um mapeamento histórico das transformações nos registros de tramitação, desenvolvido para a curadoria da exposição do bicentenário da instituição (Brasil, [2024]). O método consistiu na análise documental retrospectiva das interfaces de consulta pública às tramitações legadas, contrastando a materialidade dos campos de indexação no período inicial com a estruturação atual dos dados. O contexto da transição tecnológica apoia-se, ainda, na reconstituição histórico-institucional de pesquisa anterior (Santana, 2023).

Operacionalmente, a tramitação legislativa era alimentada na base de dados por meio do preenchimento de campo livre. Quando a ação transcorria em sessão plenária, seu conteúdo era, conseqüentemente, publicado no Diário do Senado. Naquela arquitetura inicial, a interface não possuía campos estruturados e dedicados exclusivamente à vinculação de publicações oficiais (como ocorre nos sistemas atuais, permitindo a exibição dessas informações em hiperlinks segregados). Diante dessa ausência sistêmica, a equipe burocrática adotou a prática oficiosa de registrar a remissão à paginação do Diário diretamente no campo livre destinado à descrição textual da tramitação. Isso evidencia que o processo de indexação não foi determinado pelo desenho estrutural do banco de dados, mas produzido e estabilizado no nível das operações burocráticas cotidianas.

Esse preenchimento indistinto fundia a ação legislativa e a sua fonte de publicação em um único bloco de texto contínuo. Tal conformação permite observar que a mediação que estrutura a recuperação da informação não era um dado técnico explicitado pelo sistema, mas uma operação incorporada tacitamente às rotinas de alimentação da base.

Os resultados da análise empírica evidenciam dois pontos fundamentais. Primeiro, a invisibilidade das operações não resulta de uma omissão técnica, mas de sua incorporação tácita ao fluxo administrativo. A escolha de referenciar o Diário, não documentada formalmente, consolidou-se como um padrão de uso que se mesclou à materialidade do documento (Frohmann, 2008; Santana; Rabello, 2026). Segundo, o caso empírico explicita a natureza da fricção metodológica: uma investigação que busca rastrear as redes sociotécnicas depara-se com mediações decisivas que operam de modo indissociável do próprio funcionamento contínuo do sistema. O que se

apresenta como dado documental estabilizado é, nos termos de Latour (2005), o efeito de uma infraestrutura burocrática programada para absorver e ocultar o trabalho de suas próprias engrenagens.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

O trabalho objetivou examinar a tensão metodológica entre a exigência de rastreamento sociotécnico e a racionalidade da burocracia estatal, que atua normativamente para invisibilizá-lo. A partir do caso empírico da implantação da base MATE no Senado brasileiro, os resultados demonstraram que operações informacionais decisivas como a indexação no campo livre foram incorporadas tacitamente à rotina administrativa, compondo a “caixa-preta” institucional (Latour, 2005; Weber, 1999).

A contribuição metodológica do estudo reside na premissa de que a opacidade das mediações não configura um obstáculo empírico contingente a ser contornado. Ao contrário, ela integra o próprio dispositivo sociotécnico que confere validade ao documento (Frohmann, 1995; Santana; Rabello, 2026). Nessa direção, a abordagem que concebe os documentos como efeitos de redes heterogêneas, a serem analiticamente recompostas a partir de suas condições de uso, oferece um caminho consistente para apreender as mediações por sua inscrição tácita nos arranjos institucionais (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017).

O foco restrito em um recorte temporal específico da fase inicial da informatização permitiu o aprofundamento analítico das lógicas de invisibilidade sistêmica. Trabalhos futuros poderão expandir essa reflexão metodológica contrastando as práticas aqui analisadas com os atuais regimes algorítmicos do processo legislativo, nos quais novas camadas de infraestrutura ditam a visibilidade do registro documental.



REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. A materialidade da informação em Bernd Frohmann. **Ibersid**: revista de sistemas de información y documentación, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 103-113, jan./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.54886/ibersid.v17i1.4918>. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/4918>. Acesso em: 29 maio 2026.
- BAAKLINI, Abdo I. **O Congresso e o sistema político do Brasil**. Tradução de Beatriz Lacerda. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Relatório da Presidência**. Brasília, DF: Senado Federal, 1972. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242599>. Acesso em: 29 maio 2026.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Relatório da Presidência**. Brasília, DF: Senado Federal, 1973. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242600>. Acesso em: 29 maio 2026.
- BRASIL. Senado Federal. **Tramitação de matérias legislativas no Senado Federal - Uma visão histórica**. Exposição virtual. Brasília, DF: Senado Federal, [2024]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/expotramita/>. Acesso em: 29 maio 2026.
- DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Ed. Atlas, 1988. (não está citado no texto)
- FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE (CAIS/ACSI), 23., 1995, Edmonton-Alberta. **Anais** [...]. Edmonton-Alberta: CAIS, 1995.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 13-36.
- FROHMANN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus**: Revista Eletrônica em Ciências Humanas, [Rio de Janeiro], v. 8, n. 14, p. 227-249, 2012. ISSN 1676-2924. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4828>. Acesso em: 28 mar. 2022.



LATOUR, B. **Reassembling the social**: an introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2019.

RABELLO, R. Documento e informação: mediações entre inscrição e realidade. In: ALMEIDA, C. C. de; VITTI-RODRIGUES, M. (org.). **Estudos pluridisciplinares da informação: ciência da informação, ética e linguagem**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2025. v. 3, p. 33-70. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/570/chapter/3711. Acesso em: 29 maio 2026.

SANTANA, F. L. F. **O papel do documento legislativo**: do manuscrito ao digital. 2023. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor/CD), Brasília, 2023. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/41212>. Acesso em: 29 maio 2026.

SANTANA, F. L. F.; RABELLO, R. Genealogia da materialidade: da substância à ontologia documentária. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 19, n. 1, número especial, 2026. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/801>. Acesso em: 29 maio 2026.

SHANKAR, K.; HAKKEN, D.; ØSTERLUND, C. Rethinking documents. In: FELT, U.; FOUCHÉ, R. et al. (ed.). **The handbook of science and technology studies**. 4. ed. Cambridge; London: The MIT Press, 2017. p. 59-85.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.